

Para cientista político, voto aos 16 altera quadro eleitoral

MARCELO TOGNOZZI

Da Sucursal de Brasília

O voto aos 16 anos, previsto pela nova Constituição, vai ter uma grande influência nas eleições proporcionais, obrigará a uma adaptação do marketing político dos candidatos e poderá definir quem será o segundo colocado no primeiro turno das eleições presidenciais de 89. A previsão é do chefe do Departamento de Ciências Políticas e Relações Internacionais da Universidade de Brasília, David Fleischer, que revelou à Folha os primeiros resultados de um estudo que vem desenvolvendo sobre o impacto do voto dos eleitores menores de 18 anos.

As primeiras conclusões do professor, um norte-americano que vive no Brasil desde 1962, indicam que a influência do voto do eleitor de 16 anos será mais sentida nas grandes cidades e "será um prato cheio para os candidatos a deputado estadual, deputado federal e vereador".

Fleischer explicou que a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é a de que existam hoje seis a sete milhões de brasileiros menores de 18 anos aptos a votar. "Como o alistamento é facultativo, estimamos que na melhor das hipóteses três a 3,5 milhões de jovens entre 16 e 17 anos vão votar para presidente da República em 89. Isso tem um peso de aproximadamente 5% no universo do eleitorado, o que poderá definir quem será o segundo colocado no primeiro turno do pleito", disse o professor. Para ele, o voto do eleitor de 16 anos não vai influenciar as eleições municipais deste ano, porque a nova Constituição só deve ficar pronta depois de realizado o alistamento pelos tribunais eleitorais.

Municípios como Juiz de Fora (MG), Barbacena (MG) e Brasília, onde é grande o contingente de estudantes secundaristas, terão uma representatividade maior dos jovens eleitores. Cidades do Nordeste, onde a migração de adultos para centros mais desenvolvidos é grande, também vão registrar um número maior de votantes jovens. "No Nordeste, onde ainda existe o voto de cabresto,

esses jovens vão tender a votar com a família. Mas nos centros mais desenvolvidos do Centro-Sul poderão ser eleitos em eleições proporcionais líderes estudantis", previu Fleischer.

O primeiro sintoma de que o eleitor de 16 anos caminha para uma organização maior, de âmbito nacional, é identificado pelo professor como sendo o movimento contra a alta das mensalidades escolares desencadeado no Rio de Janeiro. "Eles provaram que podem se mobilizar e influir, ainda que não tenham uma idéia exata de todas as suas possibilidades. A própria reorganização da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes), já é um passo importante para uma discussão política mais ampla", observou, acrescentando que a tendência é a de que os partidos voltem a ter alas estudantis.

Nos grandes centros e cidades com mais de 100 mil habitantes, o professor da Universidade de Brasília prevê uma disputa acirrada entre as centrais sindicais CUT e CGT, UDR, Igreja, evangélicos e outros segmentos da sociedade na caça ao voto adolescente. "Creio que será uma disputa apertada. Os jovens de classe média vão ser influenciados nas escolas por seus professores sindicalizados, o menor trabalhador vai ser politizado pelo sindicato e a Igreja, evangélicos e a UDR vão atuar mais dentro da comunidade", explicou Fleischer.

Outra conclusão importante do chefe do Departamento de Ciências Políticas e Relações Internacionais da UnB é a de que essa nova geração de eleitores, que entra na política ainda adolescente, vai alterar a médio prazo (cerca de 20 anos) o perfil do eleitor brasileiro. "É uma geração mais arejada, que pode falar de certos assuntos antes proibidos nas escolas, que já tem uma consciência ecológica e uma preocupação maior com o social. Isso indica que o brasileiro vai amadurecer como eleitor. E o candidato que quiser o apoio desses jovens deve começar a trabalhar agora em pesquisas que mostrem o que pensa o eleitor de 16 anos", acredita o professor.